



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CARTA CONTRATO Nº 14/2021**

**CARTA-CONTRATO N. 14/2021**

**PROCESSO SEI N. [0002408-67.2021.6.22.8000](#)**

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA PULSES SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE UMA ASSINATURA ANUAL COM 350 (TREZENTAS E CINQUENTA) LICENÇAS, COM ACESSOS SIMULTÂNEOS AO SISTEMA WEB “PULSES –PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL”, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.**

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.

**CONTRATADA:** Empresa **PULSES SERVIÇOS DIGITAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 09.570.403/0001-40, com sede na Avenida Ministro Victor Konder, 740, Bairro Fazenda, CEP.: 88.301-701, Município Itajaí, Estado SC, Telefone: (47) 3346-6306 / (47) 3241-4711/ (47) 99952-0506 - E-mail: [financeiro@pulses.com.br](mailto:financeiro@pulses.com.br), [comercial@pulses.com.br](mailto:comercial@pulses.com.br), [cesar.nanci@pulses.com.br](mailto:cesar.nanci@pulses.com.br), neste ato representada pelo Senhor **LUIZ CESAR Nanci IZIDRO GONÇALVES**, portador da Carteira de Identidade 7606037- SSP/SC e CPF 089.034.117-65.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93.

**Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação:** Despacho n. 1248/2021 - PRES/DG/GABDG (evento [0741283](#)), de 22/09/2021.

### **DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, IV e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto desta Carta-Contrato a contratação da empresa **PULSES SERVICOS DIGITAIS LTDA**, para prestação de serviço de 1 (uma) assinatura anual (350 Licenças), sem limite de acessos simultâneo, para gestão de até 350 (trezentos e cinquenta) colaboradores, ao sistema web "PULSES - plataforma de gestão de clima organizacional, para acompanhamento sistemático das dimensões preditoras do clima", plano PESQUISA DE CLIMA + OKR + AVALIAÇÃO 90° + RECONHECIMENTO 360° + FEEDBACK 360°, conforme condições constantes no Projeto Básico e na Proposta da CONTRATADA (evento [0720290](#)), e com as seguintes funcionalidades:

- I - Acesso via Internet ao sistema PULSES através do endereço eletrônico <https://www.pulses.com.br/app/aplicativo/#/>;
- II - Acesso via Aplicação Móvel compatível com os Sistemas Operacionais IOS e ANDROID, e download das aplicações via lojas de aplicativos de cada plataforma;
- III - Acesso autenticado através de *usuário/senha*, de uso exclusivo não compartilhado com outras entidades públicas e/ privadas; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Acesso a todas as ferramentas do sistema integrantes do plano adquirido, conforme descrito na Proposta Comercial Pulses ([0720290](#)).

**Subcláusula Primeira** – A Plataforma PULSES é uma ferramenta online de mensuração contínua de dados corporativos relacionados ao clima, engajamento, performance e cultura, bem como outras informações relacionadas aos colaboradores de uma organização e de seu ambiente de trabalho, composta por diversos módulos, com o objetivo fornecer insumos numéricos e feedbacks aos gestores da organização, possibilitando diagnósticos contínuos e tomadas de decisão estratégicas (“Plataforma”).

**Subcláusula Segunda** – Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição o Projeto Básico, a proposta da CONTRATADA, o Ato de Autorização da Despesa, de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação e Anexo IV - Política de Privacidade e Termos de Uso da Plataforma (evento [0728967](#)).

**DA VIGÊNCIA**

**(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O valor total desta Carta-Contrato é de **R\$ 51.201,24** (cinquenta e um mil duzentos e um reais e vinte e quatro centavos), a serem pagos em 12 (doze) mensalidades iguais de R\$ 4.266,77 (quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos), consoante a proposta da CONTRATADA.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral, Programa de Trabalho 02122003320GP0011, Natureza da Despesa 33.90.39.01, consoante Nota de Empenho n. 2021NE000340, de 24/09/2021, consoante detalhamento abaixo:

**CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):** Orçamento Ordinário (Manutenção Geral) - 2021

**AGREGADOR:** Manutenção Geral

**DESPESA AGREGADA:** OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS

**PLANO INTERNO:** ADM ASSINA

**DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O pagamento será efetuado em parcelas mensais, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil, contados a partir do recebimento da Fatura/nota Fiscal devidamente certificada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, aplicadas as retenções legais.

**Subcláusula Primeira** – No ato do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – Caso o CONTRANTE identifique qualquer divergência na Nota Fiscal, devolvê-la-á à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.

**Subcláusula Terceira** - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento conforme ora descrito, poderá ser aplicada multa por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanção prevista neste instrumento. O pagamento será realizado com a devida retenção da multa a ser aplicada, o qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. (*Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012*);

**Subcláusula Quarta** - Poderá o gestor sugerir o pagamento da nota fiscal com retenção dos valores relativos a essas obrigações, devendo fundamentar o ato.

**Subcláusula Quinta** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**Subcláusula Sexta** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

**Subcláusula Sétima** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

**Subcláusula Oitava** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Nona** - A compensação financeira prevista na cláusula anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

## **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**CLÁUSULA QUINTA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - O sistema (plataforma), as aplicações e os dados digitais envolvidos na presente contratação estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), suas atualizações e regulamentações.

A. As Partes, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a Lei 13.709 de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD”).

B. As Partes, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura do Contrato e atualizações futuras;

III. A assinatura por parte do CONTRATANTE implica:

a. Na aceitação das condições dispostas nos Termos de Uso da Plataforma e na Política de Privacidade Anexo IV (evento [0728967](#)) sendo ambos considerados parte integrante deste instrumento para todos os fins;

b. Na plena ciência de que o presente instrumento apenas lhe concede o direito de utilizar a Plataforma nos limites determinados neste Contrato e seus anexos, não lhe transferindo, em nenhuma hipótese, a propriedade ou qualquer outro título ou direito sobre a Plataforma;

c. Na aceitação de que todos os conteúdos inseridos na Plataforma, pelos Usuários cadastrados pelo CONTRATANTE ou pelo Administrador da Conta, são de única e exclusiva responsabilidade do CONTRATANTE.

d. Na pela ciência de que a Plataforma foi desenvolvida pela Licenciante, a qual detém todos os seus direitos intelectuais e autorais, concedendo, através da licença ora outorgada, apenas a permissão de uso pelo prazo referido neste Contrato à Licenciada.

IV. Todo e qualquer dano ocasionado à Licenciante, à Plataforma, ou a terceiros, pelo mau uso das funcionalidades da Plataforma, pelos Usuários ou pelo Administrador da Conta, cadastrados nesta pela Licenciada, serão suportados única e exclusivamente pela Licenciada, ficando reservado à Licenciante o direito de regresso:

a. Fica entendido como **mal uso das funcionalidades** aquele uso em desacordo com as normas dos Termos de Uso da plataforma, conforme Anexo IV (evento [0728967](#))

V. Todo o material, patentes, marcas, registros, nomes, privilégios, criações, imagens e todos os direitos conexos e relacionados com o objeto do presente instrumento e desenvolvidos pela Licenciante, são e permanecerão de única e exclusiva propriedade da Licenciante, concordando a Licenciada em não praticar ato ou fato que, por qualquer modo, prejudique os direitos previstos nesta cláusula e tampouco reivindicar qualquer direito ou privilégio sobre os mesmos, bem como utilizar de engenharia reversa, descompilação ou desmontagem do software da Plataforma;

VI. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

VII. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo **Controlador** não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas. Tais medidas devem garantir no mínimo:

- a. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
- b. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
- c. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
- d. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
- e. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

VIII. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

IX. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

## **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – São obrigações do CONTRATANTE:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Receber as chaves de acesso do sistema;
2. Não compartilhar as chaves de acesso com outras entidades públicas ou privadas;
3. Certificar as Notas Fiscais referentes à assinatura contratada;
4. Anotar nos autos as ocorrências relativas ao cumprimento contratual, mantendo atualizados os documentos próprios dos registros de não funcionamento do sistema e oficiando a CONTRATADA caso ocorra a não utilização do sistema por problemas operacionais da empresa;
5. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
6. Efetuar pagamento conforme contratado;
7. Cumprir e fazer cumprir as disposições do instrumento contratual e da proposta da contratada, observando o ordenamento jurídico correlato;
8. Utilizar a Plataforma de acordo com os Termo de Uso da Plataforma e Política de Privacidade (evento [0728967](#)) da CONTRATADA;
9. Responsabilizar-se por todos os atos praticados pelos Usuários e pelo Administrador da Conta que cadastrar na Plataforma, durante o seu uso; e
10. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ocasionado à Licenciante, à Plataforma, ou a terceiros, pelo mau uso das funcionalidades da Plataforma, pelos Usuários ou pelo Administrador da Conta, cadastrados nesta pela Licenciada, serão suportados única e exclusivamente pela Licenciada, ficando reservado à Licenciante o direito de regresso:
  - a. Entenda-se por **mal uso** aquele que estiver em desacordo com os Termo de Uso da Plataforma e Política de Privacidade (evento [0728967](#)).

## **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

### **CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATADA:**

1. Oferecer aos assinantes acesso a informações relevantes acerca da tributação de seus contratos, abordando os principais impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS);
2. Garantir aos 350 (trezentos e cinquenta) servidores/usuários do TRE-RO o acesso permanente, simultâneo e ilimitado, por meio da intranet, ao



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conteúdo contratado, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo período de vigência contratual, acesso ao mesmo conteúdo simultaneamente;

3. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 9 às 18 horas (GMT -4), objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado;

4. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, que prestem serviço à empresa, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado;

5. Indenizar o TRE-RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

6. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE-RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

7. Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato;

8. Não transferir ou sub-contratar, no todo em parte, o objeto contratado, bem como transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento;

9. Sempre que, no decorrer da vigência contratual, houver o lançamento de novas edições de quaisquer dos livros, disponibilizar à CONTRANTE a edição atualizada;

10. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado;

11. Garantir o sigilo, a segurança e a integridade dos dados;

12. Cumprir as normas relativas à Proteção de Dados;

13. Agendar as manutenções para dias não úteis, evitando a paralização desnecessária da Plataforma;

14. Informar via e-mail para o endereço eletrônico **coede@tre-ro.jus.br**, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas) de qualquer paralização programada da Plataforma.

15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial do contrato (art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93), observado o que segue:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

16. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE e prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas; e

17. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

### **DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE PELA SEGURANÇA DE DADOS**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – Quanto à Gestão, à Fiscalização, e à responsabilidade pela segurança de dados, deverá ser observado o que segue:

#### **I - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

1. A Gestão do Contrato será realizada pelo titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008. A Fiscalização, nos termos deste mesmo normativo, será realizada pelo ocupante da função de Assistente-III da COEDE.
2. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.
3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços
4. Os procedimentos adotados são os previstos neste Projeto Básico, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

#### **II - RESPONSABILIDADE PELA SEGURANÇA DOS DADOS**

- a. A CONTRATADA indica como responsável pela proteção dos dados:
  1. NOME COMPLETO: Fabio Bucior
  2. CARGO/ FUNÇÃO: Head of Product
  3. TELEFONE: (47) 99901-8074



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. E-MAIL: fabio.bucior@pulses.com.br.
- b. O CONTRATANTE indica como responsável pela proteção dos dados:
  1. NOME COMPLETO: Neiton Lima de Carvalho
  2. CARGO/ FUNÇÃO: Técnico Judiciário/Assistente de Ouvidoria
  3. TELEFONE: (69) 3211-2173
  4. E-MAIL: ouvidoria@tre-ro.jus

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas na contratação, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita a CONTRATADA à multa moratória consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

**Subcláusula Primeira** - Quanto à interrupção na prestação dos serviços dentro de um mês (do dia primeiro ao último dia do mês comercial) caberão as seguintes multas:

- a) Primeira interrupção injustificada por período de tempo maior do que 1 (uma) hora e de até o máximo de 8 (oito) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,2% (zero virgula dois por cento);
- b) Segunda interrupção injustificada por período de tempo maior do que uma (1) hora e de até o máximo de oito (8) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,3% (zero vírgula três por cento); e
- c) Terceira interrupção injustificada por período de tempo maior do que uma (1) hora e de até o máximo de oito (8) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

**Subcláusula Segunda** - Quanto ao cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato, nos limites do objeto do contrato:

- a) Primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento);



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1,0% (um por cento);
- c) Terceiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato poderá caracterizar inexecução da obrigação.

**Subcláusula Terceira** - A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução total do contrato, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) A CONTRATADA tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) A CONTRATADA tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

**Subcláusula Quarta** - A Administração contratante poderá declarar a inexecução total do contrato quando:

- a) Ocorrer interrupção superior a 8 (oito) horas ou a quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados caracterizará a inexecução do contrato;
- b) A CONTRATADA tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) A CONTRATADA seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 30 (trinta) dias após regular notificação.

**Subcláusula Quinta** - Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Subcláusula Sexta** - A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

**Subcláusula Sétima** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

**Subcláusula Oitava** – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pelo SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

**Subcláusula Nona** - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não ser suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima** – De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Primeira** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º, da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Segunda** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN;

**Subcláusula Décima Terceira** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Quarta** - As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

**Subcláusula Décima Quinta** - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

**Subcláusula Décima Sexta** - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima Sétima** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Décima Oitava** - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Termo de Referência respectivo, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO.

**Subcláusula Décima Nona** - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**Subcláusula Vigéssima** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I** – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

**III** - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência deste instrumento, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** – Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**Subcláusula Quinta** – Em caso de rescisão imotivada da presente Carta-Contrato, por qualquer das partes, no intervalo compreendido entre os 12 (doze) primeiros meses de contratação, a parte motivadora deverá promover ao pagamento de multa em favor da outra parte, no valor de 30% (trinta) por cento do saldo remanescente devido até o final do período inicial contratado, bem como deverá notificar previamente à outra parte quanto à intenção de interrupção da contratação, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

## **DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**– Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da carta-contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quinta** - Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** - A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações das contratações administrativas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil), a Lei 13.709/2018, e a Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

**Subcláusula Única** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 29 de setembro de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>LUIZ CESAR Nanci IZIDRO GONÇALVES</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 29/09/2021, às 09:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CESAR Nanci IZIDRO GONÇALVES, Usuário Externo**, em 29/09/2021, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 29/09/2021, às 11:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 29/09/2021, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0743697** e o código CRC **A3C354C6**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Em complemento à Informação 83 ([0714336](mailto:0714336)).

Solicito a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação/aquisição, conforme segue:

<b>Unidade solicitante:</b>	<i>COEDE</i>
<b>Unidade demandante:</b>	<i>COEDE</i>
<b>Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do PB/TR:</b>	Frank Busatto / Ronaldo Moura
<b>Objeto:</b>	<i>Contratação de prestação de serviços de Assinatura de Licença de Uso de Software de Gestão de Pessoas</i>
<b>Quantidade:</b>	<i>01 (uma) assinatura para até 350 (trezentos e cinquenta) servidores</i>
<b>Plano Anual de Contratação (PAC):</b>	<p>(   ) <i>Sim.</i></p> <p>( <b>X</b> ) <i>Não. Justificativa da necessidade:</i></p> <p>A presente Solicitação de Contratação é parte integrante do Painel de Desenvolvimento Pessoal do TRE-RO - PSei <a href="#">0002787-42.2020.6.22.8000</a> e, em que pese não conste do PAC, nem mesmo da PLOA 2021, é de suma importância para as atividades desta COEDE e do TRE-RO como um todo, visto as constantes mudanças causadas pela pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos. Além disso o sistema contribuirá</p>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>fortemente para o cumprimento da Resolução 240 (CNJ) de 09 de setembro de 2016 (<a href="#">0698412</a>) que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário.</p> <p>As atividades a serem implementadas com o apoio do sistema, Pesquisa de Clima Organizacional, Avaliação de Desempenho e Gestão por Competências, atenderão os requisitos para a implementação do teletrabalho, bem como o desenvolvimento institucional.</p> <p>A aquisição de sistemas não foi prevista no PAC 2021 em face de a COEDE estar avaliando o Sistema Coyote, desenvolvido pelo TRE-TO. No entanto, o sistema se mostrou inadequado para as necessidades deste Regional, tornando-se assim imperativa a contratação de um sistema comercial para o desenvolvimento das atividades.</p>
<b>Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:</b>	<i>10/08/2021</i>

Registra-se que este documento não substitui os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que serão realizados após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.

0002408-67.2021.6.22.8000

0714465v8



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO PONTES MOURA, Coordenador(a)**, em 13/07/2021, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0714465** e o código CRC **47F10554**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

**ETP - PARA DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES****ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO**

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Para cumprimento do [inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93](#), encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação e eventual aprovação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Projeto Básico para a pretensa contratação.

<b>Contratação direta:</b>  <i>(Indicar o dispositivo legal de enquadramento da contratação. Acaso enquadrada no art. 24, inciso I, II, IV e V, com valores definidos nesses dispositivos, apresentar a complexidade que justifica a adoção de ETP)</i>	  <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação. Art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93.  <input checked="" type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação – Art. 25, Inciso II, da Lei n. 8.666/93.
<b>Unidade solicitante:</b>	COEDE
<b>Unidade demandante:</b>	COEDE
<b>Servidor ou equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:</b>	Frank Busatto e Ronaldo Moura
<b>Contratação com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC?</b>	<input type="checkbox"/> Sim.  <input checked="" type="checkbox"/> Não. Justificativa:  A presente Solicitação de Contratação é parte integrante do Painel de Desenvolvimento Pessoal do TRE-RO - PSei <a href="#">0002787-42.2020.6.22.8000</a> e, em que pese não conste do PAC, nem mesmo da PLOA 2021, é de suma importância para



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>as atividades desta COEDE e do TRE-RO como um todo, visto as constantes mudanças causadas pela pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos. Além disso o sistema contribuirá fortemente para o cumprimento da Resolução 240 (CNJ) de 09 de setembro de 2016 (<a href="#">0698412</a>) que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário.</p> <p>As atividades a serem implementadas com o apoio do sistema, Pesquisa de Clima Organizacional, Avaliação de Desempenho e Gestão por Competências, atenderão os requisitos para a implementação do teletrabalho, bem como o desenvolvimento institucional.</p> <p>A aquisição de sistemas não foi prevista no PAC 2021 em face de a COEDE estar avaliando o Sistema Coyote, desenvolvido pelo TRE-TO. No entanto, o sistema se mostrou inadequado para as necessidades deste Regional, tornando-se assim imperativa a contratação de um sistema comercial para o desenvolvimento das atividades.</p>
<b>Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?</b>	<p>( X ) Não. (Se assinalado, não responder os demais).</p> <p>( ) Sim.</p> <p>( ) Houve incidentes durante o procedimento de seleção da proposta ou na execução do contrato, ou em ambos?</p> <p>( ) As lições aprendidas estão sendo consideradas neste estudo?</p>
<b>Justificativa:</b>	<p>Atender o Pannel de Desenvolvimento Pessoal do TRE-RO - PSei <a href="#">0002787-42.2020.6.22.8000</a> e cumprimento da Resolução 240 (CNJ) de 09 de setembro de 2016 (<a href="#">0698412</a>) que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário.</p>
<b>Objeto:</b>	<p>Contratação de Licença de Uso de Sistema no modelo assinatura compreendendo até 350 (trezentos e cinquenta) servidores, para atendimento das demandas conforme justificativa. São pretendidas as seguintes funcionalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Pesquisa de Clima Organizacional</li><li>• Análise 9Box</li><li>• Acompanhamento OKR / Acompanhamento de Metas</li></ul>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Comunicação Interna</li><li>• Avaliação Desempenho (PDI)</li><li>• Avaliação de Competências</li><li>• DISC / Estilo Comportamental</li></ul>
<b>Quantidade:</b>  ( <i>Estimativa das quantidades (unidades)</i> ).	Previsão inicial de valores:  ( ) Não.  ( X ) Sim. Informar: R\$ 51.201,24 para o período de 12 (doze) meses.
<b>Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:</b>	15/08/2021

0002408-67.2021.6.22.8000

0715312v12



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO PONTES MOURA, Coordenador(a)**, em 02/08/2021, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANK BUSATTO, Técnico Judiciário**, em 02/08/2021, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0715312** e o código CRC **D4B9C837**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**PROJETO BÁSICO Nº 3/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE**

**PROJETO BÁSICO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **1. INTRODUÇÃO**

Elabora-se o presente Projeto Básico, nos termos do art. 6º, IX e art. 7º, I, da Lei nº 8.666/93, da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO e da Resolução TSE nº 23.234/2010, tendo em vista a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de assinatura de acesso a Sistema Especializado em Gestão de Pessoas.

### **2. OBJETO**

I. Contratação da pessoa jurídica **PULSES SERVICOS DIGITAIS LTDA, CNPJ 09.570.403/0001-40**, para prestação de serviço de 1 (uma) assinatura anual, sem limite de acessos simultâneos, para gestão de até 350 (trezentos e cinquenta) colaboradores, ao sistema web "PULSES - plataforma de gestão de clima organizacional, para acompanhamento sistemático das dimensões preditoras do clima.", plano PESQUISA DE CLIMA + OKR + AVALIAÇÃO 90º + RECONHECIMENTO 360º + FEEDBACK 360º, conforme Carta Comercial Pulses ([0720290](#)).

II. A Plataforma PULSES é uma ferramenta online de mensuração contínua de dados corporativos relacionados ao clima, engajamento, performance e cultura, bem como outras informações relacionadas aos colaboradores de uma organização e de seu ambiente de trabalho, composta por diversos módulos, com o objetivo fornecer insumos numéricos e feedbacks aos gestores da organização, possibilitando diagnósticos contínuos e tomadas de decisão estratégicas ("Plataforma").

III. Fazem parte da contratação os seguintes meios de acesso:

- a. Acesso via Internet ao sistema PULSES através do endereço eletrônico <https://www.pulses.com.br/app/aplicativo/#/>;
- b. Acesso via Aplicação Móvel compatível com os Sistemas Operacionais IOS e ANDROID, e download das aplicações via lojas de aplicativos de cada plataforma;
- c. Acesso autenticado através de *usuário/senha*, de uso exclusivo não compartilhado com outras entidades públicas e/privadas;
- d. Acesso a todas as ferramentas do sistema integrantes do plano adquirido, conforme descrito na Proposta Comercial Pulses ([0720290](#)).

IV. Para os fins desta Contratação e de acordo com o Art. 5º da Lei [LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#), considera-se:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- b. dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- c. dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- d. banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- e. titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- f. controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- g. operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

### **3. JUSTIFICATIVA**

#### **I. DA NECESSIDADE**

- a. A importância das pessoas em uma instituição já não está mais em discussão. As pessoas são importantes. Suas habilidades, capacidades e necessidades estão intrinsicamente conectadas com a evolução das organizações. Para que essas qualidades sejam aproveitadas, ajustadas e aprimoradas, elevando assim o nível dos resultados obtidos pela organização, é necessário conhecer quais as necessidades da organização e quais as habilidades disponíveis na organização. Em especial quando pensamos nas organizações públicas, que tem seus servidores selecionados em processos de macro conhecimento, mas que no dia a dia lidarão também com as necessidades da organização que não necessariamente estão ligadas às habilidades testadas no processo seletivo.
- b. Com a especialização das ferramentas para identificar necessidades e habilidades somada ao aumento da carga de trabalho e uma tendência à redução do número de servidores disponíveis, fica, a cada momento, mais evidente a importância



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em ter as ferramentas e sistemas como aliados na gestão das pessoas e das organizações.

c. A gestão de pessoas é uma área capaz de gerar uma grande massa de dados, que não pode mais ser suportada por controles manuais. Temos, também, que os sistemas exigem alto grau de qualidade em sua implementação, requerendo um desenvolvimento lento e expensivo de sistemas, por essa razão, a aquisição de sistemas comerciais que já encontram uso em organizações de várias regiões do país, mostra-se uma solução adequada para as demandas da área, reduzindo-se os custos e o tempo de implantação de novos processos.

d. As ferramentas do Sistema PULSES atendem a quase totalidade das ferramentas indicadas como fundamentais pela COEDE para a evolução do processo de Gestão de Pessoas no TRE-RO, conforme se pode observar pelo Relatório Análise de Sistemas [\(0720288\)](#).

## **II.DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

A. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

B. Além disso, o serviço pretendido vai ao encontro das Diretrizes Estratégicas do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 deste Órgão, a saber:

1. VISÃO DE FUTURO: Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país;
2. VALORES: agilidade, eficiência, imparcialidade, inovação, sustentabilidade, transparência e responsabilização.
3. Objetivos estratégicos: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas; Comunicação Eficaz e Transformação Digital.

## **II.DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

a. A obtenção de dados de desempenho, clima organizacional, reconhecimento e feedback por meio de





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

processos digitais garante economicidade no consumo de energia elétrica, redução de impressões, consumo de insumos de impressão, bem como tempo. Do ponto de vista social, pretende-se com essa aquisição apoiar o aperfeiçoamento das entregas e a eficiência organizacional, mantendo-se a produtividade com ganho de qualidade de vida no trabalho.

### **2. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

- a. Consoante Certidão 210426/36.933 emitida pela Associação Brasileira das Empresas de Software - ABES ([0720637](#)), a empresa **PULSES SERVICOS DIGITAIS LTDA**, CNPJ **09.570.403/0001-40**, é desenvolvedora e detentora exclusiva dos direitos autorais e de comercialização do programa para computador Pulses.
- b. Em razão disso, diante da exclusividade na prestação dos serviços pela citada empresa, entende-se, *s.m.j*, pela contratação direta, por inexigibilidade de licitação, eis que configurada a inviabilidade fática e jurídica de competição, a teor do que dispõe o **art. 25 da Lei nº 8.666/93**.

### **2. VALOR E ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

I. O valor da prestação do serviço será de **R\$ 51.201,24 (cinquenta e um mil duzentos e um reais e vinte e quatro centavos)** a serem pagos em 12 (doze) mensalidades iguais de **R\$ 4.266,77 (quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos)** à empresa **PULSES SERVICOS DIGITAIS LTDA** para uso do pacote completo: PESQ. CLIMA + OKR + AV. 90° + RECONHECIMENTO 360° + FEEDBACK 360°, conforme Proposta Comercial [0720290](#).

#### **II. Dados da Empresa:**

- a. **PULSES SERVICOS DIGITAIS LTDA**
- b. **Endereço:** Avenida Ministro Victor Konder, 740, Bairro Fazenda, CEP n.º 88301701
- c. **CNPJ:** 09.570.403/0001-40
- d. **Inscrição Estadual:** ISENTA
- e. **Representante:** RENATO NAVAS RICARDINO, sócio
- f. **CPF do Representante:** 045.735.479-83
- g. **RG do Representante:** 3428653 emitido por SSP/SC



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III. Registre-se que a PULSES, em sua proposta comercial oferece desconto de 5% para pagamentos à vista de todo o período de assinatura. No entanto, esta COEDE, por questões de análise aprofundada do sistema, entende que, no período inicial da contratação (primeiros 12 meses) é prudente e conveniente manter o pagamento mensal dos serviços.

As despesas decorrentes do pagamento das 05 (cinco) primeiras mensalidades do presente Projeto Básico correrão com recursos do **Orçamento Anual de 2021** deste Tribunal, cuja fonte de recursos, Programação orçamentária e natureza de despesa serão:

- a. **CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):** Orçamento Ordinário (Manutenção Geral) - 2021
- b. **AGREGADOR:** Manutenção Geral
- c. **DESPESA AGREGADA:** OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS
- d. **PLANO INTERNO:** ADM ASSINA
- e. **VALOR:** R\$ 21.333,85

## **2. LEGISLAÇÕES E NORMAS**

I.O sistema (plataforma), as aplicações e os dados digitais envolvidos na presente contratação estão sujeitos ao cumprimento da [LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sua atualizações e regulamentações;

- A. As Partes, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a Lei 13.709 de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD”).
- B. As Partes, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:
1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
  2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
  3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
  4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
  5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.
- D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:
1. Manter total discricção e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
  2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
  3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
  4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
  5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
  7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
  8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura do Contrato e atualizações futuras;

III. A assinatura por parte do CONTRATANTE implica:

- a. Na aceitação das condições dispostas nos Termos de Uso da Plataforma e na Política de Privacidade Anexo IV ([0728967](#)) sendo ambos considerados parte integrante deste instrumento para todos os fins;
- b. Na plena ciência de que o presente instrumento apenas lhe concede o direito de utilizar a Plataforma nos limites determinados neste Contrato e seus anexos, não lhe transferindo, em nenhuma hipótese, a propriedade ou qualquer outro título ou direito sobre a Plataforma;
- c. Na aceitação de que todos os conteúdos inseridos na Plataforma, pelos Usuários cadastrados pelo CONTRATANTE ou pelo Administrador da Conta, são de única e exclusiva responsabilidade do CONTRATANTE.
- d. Na plena ciência de que a Plataforma foi desenvolvida pela Licenciante, a qual detém todos os seus direitos intelectuais e autorais, concedendo, através da licença ora outorgada, apenas a permissão de uso pelo prazo referido neste Contrato à Licenciada.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- II. Todo e qualquer dano ocasionado à Licenciante, à Plataforma, ou a terceiros, pelo mau uso das funcionalidades da Plataforma, pelos Usuários ou pelo Administrador da Conta, cadastrados nesta pela Licenciada, serão suportados única e exclusivamente pela Licenciada, ficando reservado à Licenciante o direito de regresso:
- a. Fica entendido como **mal uso das funcionalidades** aquele uso em desacordo com as normas dos Termos de Uso da plataforma, conforme Anexo IV ([0728967](#))
- III. Todo o material, patentes, marcas, registros, nomes, privilégios, criações, imagens e todos os direitos conexos e relacionados com o objeto do presente instrumento e desenvolvidos pela Licenciante, são e permanecerão de única e exclusiva propriedade da Licenciante, concordando a Licenciada em não praticar ato ou fato que, por qualquer modo, prejudique os direitos previstos nesta cláusula e tampouco reivindicar qualquer direito ou privilégio sobre os mesmos, bem como utilizar de engenharia reversa, descompilação ou desmontagem do software da Plataforma;
- IV. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- V. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo **Controlador** não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas. Tais medidas devem garantir no mínimo:
- a. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
  - b. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
  - c. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
  - d. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- e. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.
- VI. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.
- VII. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

## **2. DO CONTRATO**

### **1. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO**

- a. A prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico será regulada pelo presente e pelos termos contidos na formalização da Contratação.
- b. A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contadas da data de sua assinatura.
- c. Como condição para a contratação, a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).
- d. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.
- e. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por email, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária.

f. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal do contrato para assinatura e devolução pela adjudicatária.

g. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

h. O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

### **II.DA VIGÊNCIA E ADITIVOS**

a. A CONTRATAÇÃO terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovada até o limite de 60 (sessenta meses).

### **III.DOS DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**

São deveres do contratante:

- a. Receber as chaves de acesso do sistema;
- b. Não compartilhar as chaves de acesso com outras entidades públicas ou privadas;
- c. Certificar as Notas Fiscais referentes à assinatura contratada;
- d. Anotar nos autos as ocorrências relativas ao cumprimento contratual, mantendo atualizados os documentos próprios dos registros de não funcionamento do sistema e oficiando a CONTRATADA caso ocorra a não utilização do sistema por problemas operacionais da empresa;
- e. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- f. Efetuar pagamento conforme contratado;
- g. Cumprir e fazer cumprir as disposições do instrumento contratual e da proposta da contratada, observando o ordenamento jurídico correlato;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

h. Utilizar a Plataforma de acordo com os Termo de Uso da Plataforma e Política de Privacidade ([0728967](#)) da CONTRATADA;

i. Responsabilizar-se por todos os atos praticados pelos Usuários e pelo Administrador da Conta que cadastrar na Plataforma, durante o seu uso.

j. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ocasionado à Licenciante, à Plataforma, ou a terceiros, pelo mau uso das funcionalidades da Plataforma, pelos Usuários ou pelo Administrador da Conta, cadastrados nesta pela Licenciada, serão suportados única e exclusivamente pela Licenciada, ficando reservado à Licenciante o direito de regresso:

1. Entenda-se por **mal uso** aquele que estiver em desacordo com os Termo de Uso da Plataforma e Política de Privacidade ([0728967](#)).

### **IV.DOS DEVERES DA CONTRATADA**

São deveres da contratada:

a. Oferecer aos assinantes acesso a informações relevantes acerca da tributação de seus contratos, abordando os principais impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS).

b. Garantir aos 350 (trezentos e cinquenta) servidores/usuários do TRE-RO o acesso permanente, simultâneo e ilimitado, por meio da intranet, ao conteúdo contratado, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo período de vigência contratual, acesso ao mesmo conteúdo simultaneamente.

c. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 9 às 18 horas (GMT -4), objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado.

d. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, que prestem serviço à empresa, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado.

e. Indenizar o TRE-RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

f. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE-RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

g. Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato.

h. Não transferir ou sub-contratar, no todo em parte, o objeto contratado, bem como transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento.

i. Sempre que, no decorrer da vigência contratual, houver o lançamento de novas edições de quaisquer dos livros, disponibilizar à CONTRANTE a edição atualizada;

j. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado;

k. Garantir o sigilo, a segurança e a integridade dos dados;

l. Cumprir as normas relativas à Proteção de Dados;

m. Agendar as manutenções para dias não úteis, evitando a paralização desnecessária da Plataforma;

n. Informar via e-mail para o endereço eletrônico **coede@tre-ro.jus.br**, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas) de qualquer paralização programada da  
Plataforma.

### **V.DO PAGAMENTO**

A. A Administração efetuará o pagamento mensal, no valor referente à mensalidade informado no item 5, mediante ordem bancária, para pagamento de faturas com códigos de barras, através do Banco Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Fatura/Nota Fiscal e demais documentações.

B. Quando da apresentação da fatura/nota fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

C. Caso o contratante identifique qualquer divergência na Nota Fiscal, devolvê-la-á à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.

D. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

i. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM	Encargos moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento
VP	Valor da parcela a ser paga
I	Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
	$I = (TX)/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$
TX	Percentual da taxa anual = 6%

- ii.
- iii. A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.
- iv. Demais obrigações da Contratante e da Contratada estão dispostas na minuta da Carta-Contrato e na proposta da empresa.

## **II. DA RESCISÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. Em caso de rescisão imotivada do presente CONTRATO, por qualquer das partes, no intervalo compreendido entre os 12 (doze) primeiros meses de contratação, a parte motivadora deverá promover ao pagamento de multa em favor da outra parte, no valor de 30% (trinta) por cento do saldo remanescente devido até o final do período inicial contratado, bem como deverá notificar previamente à outra parte quanto à intenção de interrupção da contratação, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

## **II. DA GARANTIA CONTRATUAL**

- a. No que diz respeito ao cumprimento da Alinea VI do Art. 55 da Lei 8.666/, que trata da necessidade de cláusula que estabeleça garantias que assegurem a plena execução do CONTRATO, abaixo transcrita, fica a CONTRATADA dispensada de apresentação de garantia, por tratar-se de contratação de prestação de serviço virtual sem prejuízo direto em caso de eventual interrupção da prestação de serviços; sem prejuízo do cumprimento da alinea **DA RESCISÃO** contida neste item que trata do CONTRATO:

*Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:*

*....*

*VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;*

## **2. DAS SANÇÕES**

- I. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas na contratação, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita a contratada à multa moratória consoante o *caput* e §§ do art 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

- A. Quanto à interrupção na prestação dos serviços dentro de um mês (do dia primeiro ao último dia do mês comercial) caberão as seguintes multas:

1. primeira interrupção injustificada por período de tempo maior do que uma (1) hora e de até o máximo de oito



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(8) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,2% (zero virgula dois por cento);

2. segunda interrupção injustificada por período de tempo maior do que uma (1) hora e de até o máximo de oito (8) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,3% (zero vírgula três por cento);

3. terceira interrupção injustificada por período de tempo maior do que uma (1) hora e de até o máximo de oito (8) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);

B. Quanto ao cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato, nos limites do objeto do contrato:

1. Primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento);

2. Segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1,0% (um por cento);

3. Terceiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato poderá caracterizar inexecução da obrigação.

II.A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução total do contrato, quando:

a. a infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;

b. o contratado tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;

c. o contratado tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

II.A Administração contratante poderá declarar a inexecução total do contrato quando:

a. ocorrer interrupção superior a oito (oito) horas ou a quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados caracterizará a inexecução do contrato;

b. a contratada tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c. a contratada seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 30 (trinta) dias após regular notificação.

III. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a. advertência;
- b. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

IV. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

V. Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº. 004/2008-TRE-RO.

## **2. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE PELA SEGURANÇA DE DADOS**

### **I. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

a. A Gestão do Contrato será realizada pelo titular da **Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE**, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008. A Fiscalização, nos termos deste mesmo normativo, será realizada pelo ocupante da função de Assistente-III da COEDE.

b. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços

d. Os procedimentos adotados são os previstos neste Projeto Básico, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

### **II. RESPONSABILIDADE PELA SEGURANÇA DOS DADOS**

A. A CONTRATADA indicam como responsável pela proteção dos dados:

1. NOME COMPLETO: Fabio Bucior
2. CARGO/ FUNÇÃO: Head of Product
3. TELEFONE: (47) 99901-8074
4. E-MAIL: fabio.bucior@pulses.com.br.

B. O CONTRATANTE indicam como responsável pela proteção dos dados:

1. NOME COMPLETO: Neiton Lima de Carvalho
2. CARGO/ FUNÇÃO: Técnico Judiciário/Assistente de Ouvidoria
3. TELEFONE: (69) 3211-2173
4. E-MAIL: ouvidoria@tre-ro.jus.br

## **2. DOS**

## **ANEXOS**

São anexos do presente Projeto Básico:

i. **Anexo I** - Proposta Comercial ([0720290](#));

ii. **Anexo II** - Certidão 210426/36.933 emitida pela Associação Brasileira das Empresas de Software - ABES ([0720637](#)) de Exclusividade da **PULSES SERVICOS DIGITAIS LTDA**, CNPJ **09.570.403/0001-40**, certificando que a empresa é desenvolvedora e detentora exclusiva dos direitos autorais e de comercialização do programa para computador Pulses;

iii. **Anexo III** - Certidões de regularidade fiscal (Receita Federal, INSS e FGTS), Certidão Negativa da Justiça do Trabalho e Certidão Negativa de atos de improbidade junto ao CNJ ([0726545](#)).

iv. **Anexo IV** - Termos de Uso da Plataforma e na Política de Privacidade ([0728967](#))

---





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO PONTES MOURA, Coordenador(a)**, em 31/08/2021, às 13:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0732813** e o código CRC **B6B97022**.



### **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002408-67.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de Pessoa Jurídica especializa na prestação de serviço de assinatura anual para acesso ao Sistema web “PULSES - plataforma de gestão de clima organizacional, para acompanhamento sistemático das dimensões preditoras do clima.”, plano PESQUISA DE CLIMA + OKR + AVALIAÇÃO 90º + RECONHECIMENTO 360º + FEEDBACK 360º – Análise da Carta-Contrato.

## **PARECER JURÍDICO Nº 138 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo aberto pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) - [0713613](#), mediante o qual se busca a contratação da empresa **PULSES SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, CNPJ 09.570.403/0001-40**, autora e distribuidora exclusiva do Sistema web “PULSES - plataforma de gestão de clima organizacional, para acompanhamento sistemático das dimensões preditoras do clima”, para fornecimento de uma assinatura anual para gestão de até 350 (trezentos e cinquenta) colaboradores e acesso as funcionalidades elencadas no item 2 do Projeto Básico 3 ([0732813](#)).

**02.** A Solicitação de Contratação 4 (0714465), na qual a COEDE consta como unidade solicitante e demandante, foi submetido ao secretário da Secretaria de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade (SAOFC), o qual autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar e o Projeto Básico (PB) da pretensa contratação, consoante Despacho nº 1138/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0714590](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**03.** Com isso, a COEDE elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 6 ([0715312](#)) e o Projeto Básico 1 ([0723227](#)).

**04.** Carreou-se aos autos proposta comercial da empresa **citada** ([0720290](#)), certificado de exclusividade fornecido pela **Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES)** - [0720637](#).

**05.** A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada pela Certidão negativa de improbidade e inelegibilidade CNJ, Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União; Certificado de Regularidade de FGTS e Certidão negativa de débitos trabalhistas ([0726545](#)).

**06.** No Despacho nº 1460/2021 do titular da Secretária de Orçamento, Administração, Finanças e Contabilidade (SAOFC) - [0731756](#), os autos foram direcionados à Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), para análise do Projeto Básico, a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC) para a programação orçamentária da possível despesa, a Seção de Contratos (SECONT) para elaborar minuta do instrumento contratual e a esta Assessoria Jurídica da Diretoria-geral (AJDG) para análise e emissão de parecer jurídico.

**07.** Após juntada de nova versão do Projeto Básico nº 3/2021 ([0732813](#)), a Coordenadora da COMAP, unidade responsável pela avaliação do PB, nos termos do item **XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 04/08**, concluiu pela **regularidade do PB supramencionado** e manifestou-se no sentido de que a Autoridade Superior adjudique o objeto à proponente, caso aprove o PB, **conforme Análise de termo de referência / projeto básico nº 77/2021** ([0733088](#)).

**08.** Por sua vez, a Seção de Contratos – SECONT elaborou a minuta da carta-contrato ([0734401](#)), com base nas informações constantes no evento [0732813](#) e anexos, consoante Remessa nº 181/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0734402](#)).

**09.** Por fim, vieram aos autos a Programação Orçamentária PRES/DG/SAOFC/COFC ([0737857](#)) no valor de **R\$ 21.333,85** (vinte e um mil trezentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos), oportunidade em que a SPOF informou os Pré-empenho nº 2021ND000356 e que *“despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro”*.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10. a.** Dessa forma instruídos, vieram os presentes autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0738119](#)). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**11.** Inicialmente, importa esclarecer quando é possível a aquisição por inexigibilidade, baseada no art. 25 da Lei nº 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando **houver inviabilidade de competição**, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa (...) (sem grifo no original)

**12.** Nesse sentido o **Manual de Licitações & Contratos**, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição se mostrar possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária.

A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).

**13.** A esse respeito temos o Acórdão TCU Plenário nº 125/2005:

**Acórdão 125/2005 Plenário:** Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

**14.** Como há nos autos declaração da **ABES**, informando que a empresa **PULSES SERVIÇOS DIGITAIS LTDA** detém **exclusividade** no Brasil na distribuição do programa para computador Pulses, destinado à escuta contínua dos colaboradores assim



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como à gestão de clima, engajamento e demais pesquisas relativas à experiência dos colaboradores ([0720637](#)), em todo território nacional, entende-se que a contratação poderá enquadrar-se na hipótese de **inexigibilidade de licitação** descrita no **art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93**.

**15.** O PB 3 em análise ([0732813](#)) e seus Anexos, por sua vez, contêm os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, razão pela qual recomenda sua **APROVAÇÃO pela autoridade competente**, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.

### **III – CONCLUSÃO**

**16.** Nesses termos, conclui-se que a contratação requerida pela Seção de Contabilidade Gerencial - SCG poderá ser processada diretamente com a empresa OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA, CNPJ 09.094.300/0001-51, já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no **caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93**, porquanto demonstrou que está apta a contratar com o setor público, situação que deverá ser reafirmada no ato da contratação.

**17.** Resta, neste momento, a análise formal dos termos da minuta do instrumento anexada no evento [0734401](#). Pois bem, verifica-se que o referido instrumento se encontra em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

**18.** Assim, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos, esta Assessoria Jurídica **APROVA** a minuta supramencionada.

**19.** Por fim, alerta-se para a necessária ratificação da despesa pela autoridade competente, sugerindo-se, em homenagem ao princípio da Publicidade (insculpido no art. 37 da Constituição Federal), a publicação do ato na imprensa oficial e no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 (Acórdão TCU 1336/2006-Plenário).

À consideração da unidade competente.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 16/09/2021, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, **Assessor Jurídico**, em 16/09/2021, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0739494** e o código CRC **23424407**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002408-67.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de Pessoa Jurídica especializa na prestação de serviço de assinatura anual para acesso ao Sistema web “PULSES - plataforma de gestão de clima organizacional, para acompanhamento sistemático das dimensões preditoras do clima.”, plano PESQUISA DE CLIMA + OKR + AVALIAÇÃO 90º + RECONHECIMENTO 360º + FEEDBACK 360”.

**DESPACHO Nº 1248 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo aberto pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) - [0713613](#), mediante o qual se busca a contratação da empresa **PULSES SERVIÇOS DIGITAIS LTDA**, CNPJ **09.570.403/0001-40**, autora e distribuidora exclusiva do Sistema web “PULSES - plataforma de gestão de clima organizacional, para acompanhamento sistemático das dimensões preditoras do clima”, para fornecimento de uma assinatura anual para gestão de até 350 (trezentos e cinquenta) colaboradores e acesso as funcionalidades elencadas no item 2 do Projeto Básico 3 ([0732813](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Carreou-se aos autos a proposta comercial da empresa **PULSES SERVICOS DIGITAIS LTDA** ([0720290](#)) e o certificado de exclusividade fornecido pela **Associação Brasileira das Empresas de Software** ([0720637](#)).

A regularidade para contratar com a Administração Pública foi comprovada pela juntada da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão de Débitos perante ao Fazenda Municipal (Município de Itajaí), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (todos constantes do evento [0726545](#)).

A unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 6 ([0715312](#)) e o Projeto Básico n. 3/2021-COEDE ([0732813](#)), que dimensionou o valor total da contratação em **R\$ 51.201,24 (cinquenta e um mil duzentos e um reais e vinte e quatro centavos)**, a serem pagos em 12 (doze) mensalidades iguais de **R\$ 4.266,77 (quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos)**, descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

A Coordenadoria de Material e Patrimônio manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico n. **3/2021/COEDE**, juntado no evento [0732813](#), complementado pela proposta da empresa (evento [0720290](#)), por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I, e art. 14 da Lei n. 8.666/93, para contratação direta com inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93, bem como pela adjudicação do objeto à empresa proponente ([0733088](#)).

A SECONT, por sua vez, juntou aos autos a minuta da Carta-Contrato ([0734401](#)) e remeteu-os para a Assessoria Jurídica da DG para análise e parecer ([0715737](#)).

Após ajustes orçamentários e autorização para remanejamento de valores destinados a despesa pleiteada ([0737017](#)), na cifra de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por meio de baixa parcial do saldo da nota de empenho n. 2021NE000144 (Contrato n. 1/2019), condicionado a necessidade de recomposição da aludida nota de empenho até dezembro do corrente ano ([0736887](#)), juntou-se aos autos a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Programação Orçamentária no valor de **R\$ 21.333,85 (vinte e um mil trezentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos)** para custear a despesa no presente exercício ([0737857](#)).

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral, que emitiu Parecer Jurídico nº 138/2021 ([0739494](#)), opinando pela possibilidade de contratação direta da empresa **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA**, CNPJ **09.094.300/0001-51**, por inexigibilidade de licitação prevista no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93; pela aprovação do Projeto Básico e pela ratificação da despesa com publicação do ato na imprensa oficial e no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 (Acórdão TCU 1336/2006-Plenário). Por fim, aprovou os termos da minuta da carta-contrato ([0715730](#)), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666/1993.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação tanto do ETP [0715312](#) quanto do Projeto Básico 3/2021 ([0732813](#)); reconhecendo a situação de inexigibilidade de licitação e autorização da despesa, com a contratação direta da empresa **Pulses Serviços Digitais Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.570.403/0001-40 e publicação do ato no **Diário Oficial da União - DOU**, e no **Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em respeito ao princípio da publicidade ([0739835](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

Verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que a empresa proponente é detentora de Certificado de Exclusividade (evento [0720637](#)) informando que a empresa **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA** é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar em todo território nacional o programa para computador Pulses, destinado à escuta contínua dos colaboradores assim como à gestão de clima, engajamento e demais pesquisas relativas à experiência dos colaboradores. Portanto, verifica-se a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por tratar-se de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade por atestado fornecido por Associação da entidade equivalente.

A unidade demandante, no item 3.1. do Projeto Básico ([0732813](#)), justifica a necessidade da contratação, diante da necessidade em se ter ferramentas e sistemas como aliados na gestão das pessoas e das organizações para o conhecimento das necessidades da organização e quais as habilidades estão disponíveis, de modo que as ferramentas do Sistema PULSES atendem a quase totalidade das ferramentas indicadas como fundamentais pela COEDE para a evolução do processo de Gestão de Pessoas no TRE-RO, conforme se pode observar pelo Relatório Análise de Sistemas ([0720288](#)).

Por fim, nos termos anotados na análise feita pela COMAP (evento n. [0733088](#)), em que pese a comprovação da regularidade parcial da empresa pessoa jurídica **PULSES SERVICOS DIGITAIS LTDA, CNPJ 09.570.403/0001-40**, para contratar com a Administração Pública, **restou pendente de atualização as certidões de regularidade do FGTS e de débitos trabalhistas que se encontram vencidas, de modo que deve ser providenciada a substituição das referidas certidões, antes da efetivação da contratação.**

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação, reconhecida pela SAOFC e descrita no art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

**I - Aprovo o ETP ([0715312](#)) e o Projeto Básico nº 3/2021 - COEDE ([0732813](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, no art. 7º, inciso I e no art. 14 da Lei n. 8.666/93;

**II - Aprovo o preço estimado ([0716159](#))**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da lei nº 8.666/93;**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV - Adjudico o objeto à empresa PULSES SERVICOS DIGITAIS LTDA, CNPJ 09.570.403/0001-40 e autorizo a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor total de R\$ 21.333,85 (vinte e um mil trezentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos) condicionada à atualização prévia dos documentos de habilitação; e**

**V - Determino a publicação do ato de ratificação tanto no Diário Oficial da União - DOU, quanto no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, para cumprimento do art. 26 da Lei n. 8.666/93, em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da referida lei.**

À SAOFC para a continuidade, visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 22/09/2021, às 18:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0741283** e o código CRC **366378F1**.